



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESCON - GESCON/SELOG/SR/PF/TO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08297.001783/2025-39

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente Estudo Preliminar baseia-se nas diretrizes do Anexo III da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 25/05/2017 e tem por objetivo atender ao disposto na Instrução Normativa SEGES nº. 58, de 08/08/2022, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins (SR/PF/TO), incluindo suas unidades descentralizadas, mediante execução indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo do presente processo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns com dedicação de mão de obra exclusiva sob o regime de execução indireta, de forma contínua **de motorista com CNH categoria "D" ou superior.**

2.1.1. A contratação visa atender às demandas operacionais da Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, incluindo suas unidades descentralizadas, mediante o fornecimento de profissionais capacitados para a condução de veículos de passeio, mas que detenham habilitação para a condução eventual de transporte de passageiros, de cargas e veículos especiais, como guincho, que exijam Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" ou superior.

2.2. O serviço descrito neste estudo se enquadra como serviço comum e de custeio, conforme definido no art. 6º, XIII, da Lei 14.133/21, pois envolvem atividades com padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, com base em especificações usuais de mercado.

2.3. Considerando que o cargo de Motorista foi extinto, conforme previsto no Anexo I da Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, a contratação desse posto é essencial para garantir a mobilidade de servidores e o transporte de documentos, equipamentos e materiais, tanto em deslocamentos locais, intermunicipais e interestaduais, abstendo-se a gestão de inserir na atividade de motorista servidores de outras funções, salvo necessidade específica.

2.4. A natureza continuada da prestação com dedicação de mão de obra exclusiva é justificada pela sua importância como atividade de apoio às funções institucionais permanentes do órgão, conforme os critérios da IN nº 05/2017-MPOG.

2.5. Do ponto de vista normativo, observamos que a realização de serviços que não sejam fins últimos dos órgãos públicos deve, sempre que possível, ser disponibilizada à iniciativa privada, concentrando este seus recursos próprios em atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle. Tal disposição é prevista no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional. (grifamos)

2.6. Atualmente a SR/PF/TO, tem o Contrato nº 03/2025 (40877173) com vigência até 18/01/2026 ou até a finalização de uma nova licitação, cujo objeto é a prestação de serviços terceirizados **de motorista com CNH categoria "D" ou superior**. A ausência desse serviço comprometeria a agilidade e a continuidade das atividades policiais, tornando a operação ineficiente.

2.7. Por fim, em razão do exposto, considerando as características de serviços comuns da contratação pretendida, indicamos a modalidade de licitação PREGÃO, conforme art. 6º, da Lei 14.133/2021, objetivamente definido no Edital, uma vez que amolda-se perfeitamente ao objeto contratual em comento conforme DFD (60330654).

2.8. Por se tratar de serviço contínuo, sugere-se que a vigência seja de 05 (cinco) anos, prorrogável nos termos do art. 106 e 107 da mesma Lei por até 10 (dez) anos como limite máximo de vigência. Essa medida garante maior economicidade, evitando oscilações anuais do mercado e assegurando reajustes conforme índice previamente acordado.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. UTRAN/SELOG/SR/PF/TO, objetivando atender as necessidades desta Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins em Palmas/TO (SR/PF/TO) e suas unidades descentralizadas.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e a maior efetividade da gestão e fiscalização contratual, a contratação dos serviços **de motorista com CNH categoria "D" ou superior** que abrange os seguintes requisitos básicos:

- a) contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;
- b) disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e de forma contínua;
- c) alocação de empregados observando as descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos de grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes previstas neste Estudo Preliminar e Termo de Referência;
- d) cumprimento de jornada de trabalho semanal de 44 horas pelos empregados, no período de segunda-feira a sexta-feira e, excepcionalmente e a critério do contratante, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto, no horário compreendido entre 7h e 22h;
- e) excepcional realização de compensação de horas pelos empregados somente mediante prévia autorização da autoridade competente do contratante e prévio acordo de realização, sendo proibida a remuneração;
- f) desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços contratados nas dependências do contratante;
- g) disponibilização dos empregados na data de início da execução dos serviços, observados os prazos dispostos no Termo de Referência, inclusive quanto às substituições definitivas e temporárias;

- h) exigência de garantia de execução contratual pela contratada que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza previdenciária, social e trabalhista, inclusive FGTS, INDEPENDENTE DE EXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;
- i) adoção da conta-vinculada, mecanismo de controle do resguardo das obrigações trabalhistas já implantado nos contratos de dedicação de mão de obra desta Superintendência e unidades vinculadas, contribuindo para o afastamento da responsabilidade subsidiária da Administração. Em razão de sua habitualidade e implantação administrativa no órgão não se vislumbra prejuízo administrativo ao revés, a manutenção da utilização deste método no processo atual implica em padronização e economia processual para a Administração que já assimilou os procedimentos operacionais para funcionamento da conta vinculada, empreendendo esforço e treinamento de Gestores e Fiscais de contrato até então, que não convém desperdiçar;
- j) vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;
- k) A contratada deverá informar ao Fiscal do Contrato, em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, listagem com nomes dos potenciais substitutos em eventuais ausências legais, como faltas ou licenças, para que seja realizada análise da investigação social pela Polícia Federal.
- l) A lista do subitem anterior deverá ser mantida atualizada, sendo necessária a comunicação à Administração de eventuais inclusões ou supressões.
- m) estabelecimento de indicadores do desempenho da contratada na execução dos serviços, por meio de IMR, com possibilidade de adequação do pagamento devido pelo contratante;
- n) duração inicial do contrato de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 10 anos, com base no Art. 107 da Lei 14.133/21;
- o) enquadramento das categorias profissionais dos empregados de acordo com a CBO, aprovada pela Portaria nº 397 do MTE, de 09 de outubro de 2002.
- p) declaração da empresa licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços;
- q) O fornecedor deverá apresentar atestados que comprovem a capacidade técnica para a prestação dos serviços, bem como informações e documentação necessária e suficiente a comprovar sua qualificação financeira para suportar a contratação, em conformidade com o previsto nos art. 62 a 70, da Lei 14.133/2021.
- r) Conforme Súmula nº 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalista, que oneram diretamente a licitante.
- s) Autorizar o pagamento de parte dos valores mensais devidos à empresa contratada, correspondente às férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina na IN SEGES nº 5/2017;
- t) cumprimento pela contratada e pelo contratante das obrigações previstas no Termo de Referência, contrato e anexos.

4.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

SERVIÇO	CÓDIGO
---------	--------

- 4.3. Os funcionários contratados deverão possuir competências técnicas e comportamentais descritas na Classificação Brasileira de Ocupações e na Descrição de Cargos;
- 4.4. Possuir escolaridade mínima de nível fundamental completo; CNH categoria "D" ou superior com observação EAR (exerce atividade remunerada) e experiência mínima de 01(um) ano na função.
- 4.5. Possuir Curso de Primeiros Socorros, devidamente comprovado com certificado, objetivando prestar auxílio em qualquer eventualidade;
- 4.6. Possuir Curso de Direção Defensiva, devidamente comprovado com certificado, objetivando complementar o aperfeiçoamento profissional;
- 4.7. Apresentar nada consta de antecedentes criminais na esfera federal e estadual onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses;
- 4.8. Apresentar eventual pontuação por aplicação de penalidades em sua carteira de habilitação e/ou prontuário constante do Sistema Nacional de Trânsito;
- 4.9. Todos os profissionais deverão demonstrar competências pessoais, manter-se disciplinados, boa comunicação oral, mantendo voz clara e agradável, boa audição, revelar cordialidade, cultivar ética profissional, manter-se dinâmicos, demonstrar paciência, educação, evidenciar capacidade de organização, manter-se atentos, demonstrar disciplina, sugerir melhorias, respeitar a hierarquia e ser assíduos.
- 4.10. Quaisquer infrações de trânsito cometidas pelo motorista no uso dos veículos da Contratante durante o período de vigência contratual serão de responsabilidade exclusiva da empresa Contratada, devendo esta arcar com todos os encargos decorrentes.
- 4.11. Os funcionários deverão estar uniformizados e a prestadora de serviços a ser contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços, devendo-se ser aprovado previamente pela SR/PF/TO;

- 4.11.1. Considera-se 01(um) kit uniforme completo:

ITEM	QUANTIDADE
Calça Comprida (com tecido e confecção adequados)	04 POR ANO
Cinto	02 POR ANO
Camisa de manga comprida	01 POR ANO
Camisa estilo gola polo	05 POR ANO
Calçado tipo sapato (feminino/masculino) em material resistente	02 POR ANO
Meia social (Par)	10 POR ANO

- 4.11.2. A empresa deve fornecer 01 kit de uniforme completo novo no início da execução com reposição anual.
- 4.11.3. A exigência de uniforme para o cargo de motorista terceirizado tem como principal finalidade garantir a segurança e a identificação adequada do profissional, diferenciando-o dos servidores policiais. Considerando que o motorista realizará atividades externas em nome da Polícia Federal, inclusive em viagens de longa distância, desacompanhado e desarmado, o uso do uniforme contribui para a legitimidade da atuação e para a proteção do trabalhador.
- 4.11.4. A estimativa do quantitativo do uniforme considera o fornecimento anual, com base nos seguintes fatores:
- a) A natureza da função exercida por motorista com habilitação categoria D, que inclui a condução de veículos pesados, como caminhões;
 - b) A carga horária diária e a intensidade da atividade;
 - c) O ambiente externo em que se desenvolvem as tarefas, frequentemente exposto a temperaturas superiores a 35°C, o que intensifica a produção de suor;

d) O desgaste natural dos tecidos devido ao atrito constante com o banco e encosto, causado pelos movimentos repetitivos da condução;

e) A necessidade de lavagens frequentes, superior àquela exigida por profissionais que atuam em ambientes internos e climatizados.

4.11.5. As camisas são peças utilizadas na parte superior do do corpo, com maior exposição ao suor, especialmente na região das axilas. Considerando a frequência de uso em atividades externas e em viagens, bem como a eventual indisponibilidade de estrutura para lavagem durante os deslocamentos justifica-se a quantidade proposta visando garantir a higiene, o conforto e a apresentação adequada do profissional terceirizado.

4.11.6. As meias desempenham papel relevante na estabilidade dos pés dentro do calçado, especialmente para motoristas de categoria D que operam veículos pesados. Além de proporcionarem conforto e absorção de impactos, contribuem significativamente para a higiene, ao auxiliarem na absorção do suor. Trata-se de item de baixo custo e alta relevância para o bem-estar do trabalhador, sendo recomendada sua inclusão no conjunto de uniformes fornecidos.

4.12. A contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

4.13. A contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade contidos na IN SLTI nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores, na execução dos serviços, naquilo que couber.

4.14. Os serviços deverão ser prestados com estrita observância às disposições do Edital de licitação e seus anexos, às normas da IN 05/2017, à Convenção Coletiva da Categoria, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis;

4.14.1. Em face das dimensões, das características e das atividades do Órgão, a solução adotada será a de prestação do serviço com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, ou seja, os profissionais executarão suas tarefas nas instalações do Órgão contratante.

4.15. Inicialmente, não foram identificados critérios de sustentabilidade específicos aplicados ao objeto licitado, considerando especialmente o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, entretanto, a contratada deverá orientar os funcionários alocados para prestação dos serviços quanto à necessidade de seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão, observando as diretrizes da Unidade Administrativa para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, bem como observar a adequada separação dos resíduos que serão descartados pela Administração.

4.16. Ainda, deverão ser utilizados os modelos disponibilizados pela AGU, que conforme consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, já consideram os critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços enquanto obrigações da Contratada.

4.17. Para que o objeto da contratação seja desenvolvido corretamente, é necessário o atendimento dos requisitos mínimos acima descritos, buscando assim no mercado uma empresa em condições de executar os serviços, a qual detenha profissionais devidamente capacitados. Importante informar que tal procedimento licitatório compreende além da mão-de-obra, o fornecimento de **uniformes** à execução dos trabalhos a serem executados na SR/PF/TO e unidades.

4.18. Nesta contratação os candidatos serão submetidos à investigação social de todos os futuros contratados, conforme determina a **IN 175-DG/PF/2020**.

4.19. O terceirizado que prestar serviço nas dependências da Polícia Federal enquadra-se na hipótese V da Lei nº 8.906/1994 e **não pode possuir inscrição ativa na OAB**.

4.20. Em razão da SR/PF/TO possuir 01 (uma) unidade descentralizada em Araguaína/TO e uma Base de Apoio em Gurupi/TO, necessário se faz o deslocamento constante de pessoas e/ou materiais e/ou bens entre estas unidades. Neste sentido, faz-se necessária a previsão de pagamento de diárias para custear

as despesas de alimentação e hospedagem do trabalhador.

4.20.1. Diárias:

I - Tais despesas são de caráter estimativo e **deverão ser pagas e utilizadas mediante solicitação expressa do gestor e/ou fiscal do contrato, na modalidade de ressarcimento**, a partir de demanda apresentada pela unidade interessada. O ressarcimento ocorrerá exclusivamente em decorrência de fato gerador relacionado ao uso efetivo da contratante, **não se tratando, portanto, de valor fixo, contínuo ou obrigatório a ser pago à Contratada;**

II - A emissão da Fatura deverá ocorrer separadamente dos serviços ordinários para o item diárias;

III - Para fins informativos, conforme demonstrado nas planilhas de cálculo de tributos, verifica-se a inexistência de tributação de INSS sobre as diárias, não devendo ser confundida com eventuais retenções de INSS pela Contratante, nos termos das normas da Receita Federal e do § 2º do art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).

4.21. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. De acordo com art. 9º, III, a e b, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para coleta de contribuições.

5.2. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado dado que as atividades que se visa contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.3. O perfil da demanda da Superintendência da Polícia Federal no Tocantins e de suas unidades para o serviço **de motorista com CNH categoria "D" ou superior** exige que seja prestado com fornecimento de mão de obra, pois não seria razoável que o serviço fosse prestado sob a sistemática de acionamentos em datas determinadas uma vez que há contínua necessidade dos serviços a serem contratados.

5.4. Pelo exposto, a contratação de empresa terceirizada especializada na prestação dos serviços a serem contratados justifica-se como a solução mais eficiente e eficaz para as necessidades da Administração.

5.5. Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço, em observância ao disposto na IN n.º 65/2021

5.6. A contratação de serviços **de motorista com CNH categoria "D" ou superior** com dedicação exclusiva de mão de obra está atrelada às condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho específica, a qual varia de localidade para localidade, não sendo possível comparar valores de outras contratações realizadas sob as condições de CCTs diversas.

5.7. O detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constarão no Item **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução apontada pelo presente estudo abrange a prestação do serviço **de motorista com CNH categoria "D" ou superior** para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia

Federal no Estado do Tocantins em Palmas/TO (SR/PF/TO) e suas unidades descentralizadas.

- 6.2. As informações dispostas neste estudo e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos
- 6.3. Os serviços especificados neste Estudo Técnico Preliminar serão executados sob o **regime de 44 horas semanais**, de acordo com as rotinas fixadas no Termo de Referência.
- 6.4. A contratação do serviço será através de PREGÃO ELETRÔNICO regido pela Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. O fornecimento de mão de obra exclusiva segue uma série de parâmetros definidos em Termo de Referência, tais como qualificação técnica, experiência comprovada em carteira e lista de atribuições relativas ao cargo constantes na CBO.
- 6.6. Ressalta-se a necessidade de agrupamento de determinados itens por lote, tendo em vista a inviabilidade técnica de sua separação individual, em razão das características intrínsecas do objeto em questão.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A quantidade de postos estimada é a seguinte:

GRUPO 1			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Serviço de motorista com CNH "D" para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins. Postos fixos, em regime de trabalho de 44 horas semanais	Posto	1
2	Diária de motorista sob demanda com pernoite	Diárias anual sob demanda	45
3	Diária de motorista sob demanda sem pernoite	Diárias anual sob demanda	15
Total de Postos			01

- 7.2. A definição de apenas um posto de trabalho para o serviço objeto desta contratação decorre de restrições orçamentárias enfrentadas ao longo do exercício de 2025, as quais impactam diretamente a capacidade de ampliação da força de trabalho terceirizada. Ressalta-se que o Documento de Formalização da Demanda (DFD) apresenta uma **quantidade estimada**, conforme previsto na legislação vigente, podendo ser ajustada conforme a disponibilidade orçamentária e a real necessidade da unidade requisitante.
- 7.3. A estimativa dos quantitativos de diárias foi realizada com base no histórico de viagens efetuadas no exercício de 2024, conforme consta nos processos administrativos 08297.000138/2024-18, 08297.001053/2024-57, 08297.001114/2024-86, 08297.002079/2024-12, 08297.003850/2024-79, 08297.004719/2024-29, 08297.001150/2024-40, 08297.002460/2024-81, 08297.004403/2024-37. Aplicando uma margem de segurança, estimou-se uma média mensal de aproximadamente quatro diárias com pernoite e uma diária sem pernoite. Cabe destacar que este tipo de despesa possui natureza variável e de difícil mensuração prévia, uma vez que não é possível prever com exatidão a quantidade de deslocamentos que ocorrerão ao longo do exercício. A estimativa apresentada visa atender à demanda potencial, considerando os padrões de deslocamento observados em períodos anteriores e serão pagas, quando e, se houver demanda.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Os preços de referência foram estimados nos termos do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº. 65, de 07 de julho de 2021.
- 8.2. O valor estimado da contratação foi obtido mediante elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços nos moldes da IN 05/2017 (SEI 142387211) de acordo com os seguintes critérios:
- 8.3. Os valores de uniforme e diárias foi verificado a partir de pesquisa de preços realizada no Banco de Preços (SEI 112543975 e 112544007), tendo sido considerado a média em razão do grande número de resultados para cada um dos itens.
- 8.4. O valor de transporte público foi verificado conforme decreto expedido pela municipalidade, conforme anexo (112245500) para regulação do preço, assim como a tributação relativa ao ISS.
- 8.5. Os salários normativos foram colhidos da Convenção Coletiva de Trabalho 2025 celebradas entre o SIND DOS MOT TRAB TRANSP ROD OP MAQ DO EST DO TOCANTINS, CNPJ n. 26.957.720/0001-33 e SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSP COL ROD PASS EST TOCANTIN, CNPJ n. 26.753.087/0001-61 (SEI 142372856).
- 8.6. De posse destes preços de mercado, obtivemos o valor médio para a contratação **de R\$ 10.790,72 (dez mil setecentos e noventa reais e setenta e dois centavos) mensais, R\$ 145.044,09 (cento e quarenta e cinco mil quarenta e quatro reais e nove centavos) anual e de R\$ 725.220,45 (setecentos e vinte e cinco mil duzentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos) como valor total da contratação para 5 (cinco) anos.**

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 9.1. Para atingir a finalidade administrativa almejada, fez-se necessário dividir a solução em 3 (três) itens, não sendo objeto de disputa os itens 2 e 3, de acordo com o objeto da execução dos serviços, que no entanto, serão agrupados em grupo único, para fins de Sessão Pública do Pregão, vez que trata-se de uma única categoria.
- 9.2. Desse modo, sob o aspecto econômico e administrativo gerencial, a contratação de uma única pessoa jurídica para executar o serviço previsto no grupo proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa.
- 9.3. Ademais, a jurisprudência do TCU admite a possibilidade de não parcelamento para casos de serviços terceirizados sem maior complexidade como é o caso dos presentes autos. Veja-se:

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização.

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 7/2018, promovido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, em prol das unidades do Sesi nos municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a "possível inobservância do princípio do parcelamento do objeto nos critérios utilizados para a definição dos Lotes 1, 2 e 3, considerando, para tanto, as unidades do Sesi abrangidas por cada lote, a diversidade dos itens de serviços a serem contratados (portaria, limpeza, manutenção e jardinagem) e o fornecimento de materiais". Instado a se manifestar, o Sesi/SP sustentou que "jardinagem, portaria, limpeza e conservação são serviços de baixa complexidade e que não demandam especialização técnica, de modo que a expertise da contratada está no recrutamento e gestão de pessoal, e não propriamente nos serviços continuados disponibilizados ao

contratante”. Acrescentou ainda que “conforme jurisprudência sedimentada no âmbito do Tribunal de Contas da União, o parcelamento é desnecessário por não representar qualquer potencial vantagem ao ente contratante, nem estimular qualquer aumento da competitividade”, sendo “intuitivo que a existência de três contratos distintos, nesses casos, significaria custos três vezes maiores para sua gestão, a qual engloba controle diário sobre a efetiva prestação, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus funcionários, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, além de todas as outras atividades típicas de gestão e fiscalização de contratos”. E arrematou o Sesi/SP: “O certame teve ampla divulgação, conforme prática adotada na Entidade, com publicação em jornal de grande circulação (O Estado de São Paulo), Diário Oficial da União, site da entidade e quadro de avisos. Dessa forma, 31 empresas retiraram o edital e 28 participaram do certame. Não houve quaisquer questionamentos, erratas ou avisos e, mais importante, não houve impugnação ao Edital. O certame transcorreu regularmente, com ampla competitividade – quantidade de empresas participantes, quantidade de lances, redução dos valores em relação ao início da disputa, em relação aos valores propostos antes da fase de lances e em relação aos valores estimados”, além do que “a contratação tem como essência a prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo essa a expertise da empresa, e não cada um dos serviços”. Ao apreciar as justificativas apresentadas pela entidade, a unidade técnica considerou “razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó, etc.”. Ao acolher o entendimento da unidade instrutiva, o relator aduziu as seguintes razões: “(i) mais de trinta licitantes teriam participado em cada um dos três lotes integrantes do Pregão Eletrônico 7/2018, evidenciando a satisfatória competitividade no certame; (ii) a soma dos valores nas três propostas vencedoras teria alcançado o montante de R\$ 33.500,00 ao mês (Peça 20), ao passo que a contratação teria o valor estimado de R\$ 35.799,51 ao mês, correspondendo ao desconto na ordem de 6,42% em benefício do Sesi-SP; (iii) a ausência de parcelamento do objeto teria restado justificada em face da baixa complexidade dos serviços não especializados, além dos materiais com baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó etc., em linha com o precedente fixado pelo item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na seguinte linha: (...) 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática”. O colegiado anuiu ao entendimento do relator. [Grifou-se]. Acórdão 10049/2018 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho. Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões”.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

11.1. A demanda está alinhada com o Plano Estratégico 2024-2027 da Polícia Federal, conforme a visão de futuro e objetivo estratégico que a PF quer alcançar rumo a sua transformação organizacional, buscando cada vez mais padrões de eficiência na prestação da sua missão precípua de segurança pública, atuando como a polícia judiciária da União, do qual citamos os principais aspectos:

A visão de futuro apresenta o que a Polícia Federal deseja se tornar e como quer ser reconhecida até 2027:

III- Transformar a PF em uma instituição orientada pela estratégia e governança;

IV- Formar a polícia do futuro, moderna e inovadora.

(...)

Objetivos Estratégicos:

Polícia Administrativa

servir á sociedade com excelência e transparência;

Governança

Transformar a PF numa instituição orientada pela estratégia e governança

11.2. Em relação ao Plano de Contratação Anual 2025 desta SR/PF/TO, a pretendida contratação está aprovada no PCA 2025.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. O resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom andamento dos serviços prestados pela SR/PF/TO e suas unidades, por meio de atividades acessórias ou complementares necessárias ao suporte às atividades administrativas, liberando o efetivo da instituição para melhor realizar suas atividades finalísticas.

12.2. Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa e também para a gestão inteligente de recursos humanos e financeiros, contribuindo para a atividade finalística da SR/PF/TO.

12.3. Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos, espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois desse modo não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao Órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar sua força de trabalho para outras atividades institucionais.

12.4. Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.

12.5. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Superintendência da Polícia Federal no Tocantins e suas unidades descentralizadas necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades com ganho de eficiência e celeridade nos processos administrativos, bem como otimização de recursos humanos, focado na atividade fim.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Composição de equipe para fiscalização e gestão contratual, após a finalização da licitação.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

14.1. Os serviços a serem contratados e objeto do presente ETP não geram impactos ambientais. Todavia, as empresas deverão atender, em especial, as normas de sustentabilidade previstas pelo Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 e pela Instrução Normativa no 01, de 19 de janeiro de 2010, além de

outras específicas ao serviço prestado.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Assim, diante do exposto, entendemos ser RAZOÁVEL e VIÁVEL a contratação da solução demandada por Pregão Eletrônico.

16. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Responsável pela Demanda	ALEX BARBOSA SILVA
Membro Equipe de Planejamento da Contratação	ALEX BARBOSA SILVA
	GESNEY FERREIRA FOLHA
	MIRIAM CRISTIANE JUWER
	PEDRO HIGOR FAUSTINO MOURA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Estou ciente e aprovo o presente Estudo Preliminar

(Assinado Eletronicamente)

REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional da Polícia Federal no Tocantins



Documento assinado eletronicamente por **GESNEY FERREIRA FOLHA, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 04/09/2025, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEX BARBOSA SILVA, Chefe de Núcleo**, em 04/09/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA, Superintendente Regional**, em 04/09/2025, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM CRISTIANE JUWER, Agente Administrativo(a)**, em 04/09/2025, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HIGOR FAUSTINO MOURA, Agente de Polícia Federal**, em 04/09/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142366773&crc=2D899ABD](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142366773&crc=2D899ABD).

Código verificador: **142366773** e Código CRC: **2D899ABD**.